

FALANDO DE GÊNERO PARA INFORMAR E FORMAR CONSCIÊNCIAS

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo*

Os estudos e escritos realizados sobre a categoria de gênero tem também trazido a perspectiva da informação constituindo-se num caminho para a formação. Freire (1994, p. 130), considera *que toda informação traz em si a possibilidade de seu alongamento em formação*. Para isso necessário se faz que os conteúdos integrantes da informação sejam apreendidos na sua substancialidade e transformem o leitor em sujeito transformador dessa informação. Dessa forma, a informação passará a configurar-se como formação. Essa imbricação se dará quando a informação não mais se constituir como um veículo de comunicação, como um único canal de veiculação de conteúdos. Se dará, quando o receptor, o leitor da mensagem se fizer parte integrante da construção desse saber.

Paulo Freire nos aponta para o caminho da informação formadora, quando a compreende como o conhecimento crítico que implica tanto o domínio da técnica quanto a reflexão política em torno de/a favor de quem, contra quem, contra que se acham estes ou aqueles procedimentos técnicos (1994, p. 131).

Os escritos sobre a categoria de gênero apresentam um conteúdo carregado de anúncios, de denúncias, de sonhos, que incorporam um forte sentimento revolucionário. A informação nela contida chega ao receptor e se introjecta num ato que vai além do ato de receber. Ela instiga no leitor a reflexão de comportamentos, de práticas, de representações construídas ao longo de sua vida. Invoca o dever, a possibilidade da promessa de sonhar e de transformar pessoas, relações.

O gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Partilha da cotidianidade das pessoas. No seu interior constrói referências que confere poder na forma de controle e de acesso diferenciado aos produtos materiais e simbólicos.

A análise da construção e consolidação do poder numa dimensão de gênero pode desvendar hierarquias de poder instituídas e responsáveis pela organização da igualdade e desigualdade entre os gêneros masculino e feminino.

Scott (1994), uma estudiosa da área, considera que o gênero *é a organização social da diferença sexual*. Deve ser adotada como uma categoria analítica para desvendar as diferenças entre o masculino e o feminino construídas culturalmente, que delimitam relações de poder e dão significado e organização à vida social. Contribui a categoria para desnudar velhas e novas representações sociais atribuídas ao homem e à mulher, denunciando concepções e práticas sociais naturalizadas e determinadas culturalmente.

Estudando o significado da experiência das mulheres nas direções do movimento sindical cutista cearense deparei-me com a necessidade de considerar o estudo de classe de forma interligada ao das relações de gênero.

Hirata et al (1994), apresentam a necessária preocupação em se tratar a questão de classe relacionada à divisão sexual do trabalho, por entenderem que trabalhar exclusivamente via unidade da classe social é construir um conhecimento truncado e falso.

A contextualização da mulher no âmbito da construção histórica e cultural, a desnaturalização dos papéis sociais construídos pelo biologismo, o patriarcado enquanto explicação para a formação da estrutura da sociedade, não são suficientes para explicar as

* Professora Assistente do Departamento de Economia Doméstica/UFC e Mestre em Educação/UFPB.

diversidades que ocorrem nos diversos sistemas sociais. *As relações sociais de sexo são transversais para toda a sociedade: dinamizam todos os campos do sócio* (HIRATA et al, 1994, p. 96). Não se pode separar a dinâmica, os efeitos que esse entrelaçamento produz nos diversos espaços de vivência social. Seja na estrutura produtiva, seja na família, seja no interior das classes sociais as relações de sexo revelam conteúdos, práticas, orientações que se revestem de componentes de opressão e de exploração.

Procurando compreender como se deu a construção das atividades humanas que trouxe consigo a delimitação dos espaços de trabalho para o homem e para a mulher, a construção dos papéis sociais dos gêneros masculino e feminino, a construção histórica dos espaços público e privado e a mediação entre essas falsas dicotomias, encontrei na sociedade grega, considerada o berço da sociedade ocidental, a definição de duas ordens de existência social.

Com o surgimento da Cidade-Estado na Grécia Antiga (mais ou menos a partir do século V A. C.) delimitou-se para o homem livre o direito de atuar no espaço público, político - a vida na PÓLIS. Para a mulher, o uso exclusivo do espaço doméstico, privado - a vida na OIKIA.

No mundo da OIKIA se realizavam as atividades de reprodução familiar, da manutenção da vida, da sobrevivência da espécie. Fenômeno pré-político era responsabilidade das mulheres, crianças, serviçais e escravos e correspondia ao espaço privado, da família, cujas atividades eram restritas às mulheres.

No mundo antigo (grego) os domínios da esfera familiar e os da esfera política eram absolutamente exclusivos e independentes um do outro. Essa diferença entre o mundo público e o mundo privado era explicada pela necessidade de esconder na privacidade (OIKIA), a parte corporal da existência humana, tudo o que fosse ligado à sobrevivência da espécie. Nesse sentido, aqueles que, com seu trabalho (os escravos), cuidavam das atividades voltadas para atender às necessidades de manutenção da vida e aquelas que, com seu próprio corpo (as mulheres), garantiam a reprodução física da espécie eram mantidos fora do espaço político.

Na sociedade grega a igualdade só era exercida no espaço da PÓLIS, onde não existiam desiguais e todos eram pares na liberdade e na igualdade. A condição para aceitação do cidadão na PÓLIS era a capacidade de ser livre, liberto das obrigações corporais para dedicar-se ao exercício da retórica, atividade considerada superior, enobrecedora para o homem.

A partir do século XVII, nas sociedades européias, o corpo passa a ser crescentemente central enquanto forma de conhecimento sobre o indivíduo em detrimento de visões teológicas anteriores (período medieval). Argumentos pautados em observações da natureza e na investigação biológica estabeleceram características específicas a homens e mulheres e explicavam os diferentes papéis sociais atribuídos a cada um (VIANNA et al, 1996, p. 9).

A medicina e as ciências biológicas, apoiadas na experimentação científica, na ciência moderna, foram, no século XVII, importantes aliadas para sedimentar o determinismo biológico dos sexos masculino e feminino. Os aspectos psicológicos, mentais e sociais dos seres humanos foram sendo sedimentados a partir de uma explicação biológica e de estrutura conceitual naturalística. As diferenças sexuais eram naturalmente explicadas pelas diferenças corporais e biológicas.

Na sociedade contemporânea os papéis culturalmente construídos e atribuídos a homens e a mulheres estão ainda pautados nas diferenças biológicas. A formação dos contornos da subjetividade masculina e feminina desde cedo, se dá no âmbito da família, da escola, da Igreja e demais instituições presentes na sociedade que vão configurando uma imagem de que para o menino se fazer homem precisa ser viril, corajoso, esperto, conquistador, forte, imune a fragilidades, inseguranças e angústias (NOLASCO, 1993, p. 42) e para a menina a idéia de fragilidade, de submissão, de delicadeza.

Essa formação vai estimulando o homem a manter atitudes combativas, agressivas nas suas relações sociais e dificultando a possibilidade de construção de relações sociais baseadas

no encontro, na doação. A exclusão dos meninos de experiências que emanam do coração, do afeto, do desejo, vão tolhendo no homem as possibilidades do encontro, do contato físico, emocional, de novas dimensões afetivas e definindo os limites de sua relação com a própria subjetividade.

A configuração da emoção para o homem vai se vinculando prioritariamente a uma prática sexual.

Os meninos aprenderão desde cedo a desvalorizar aquilo que sentem e que não está diretamente referido a seu pênis. Como também compreenderão a sensibilidade feminina como algo caótico, difuso e instável, que portanto não merece crédito (...) Os meninos são educados para desenvolverem seus pontos de vista competitivamente, e, neste sentido, pouco articulados com o ponto de vista do outro, bem como distantes das necessidades que brotam de seus corações (NOLASCO, 1993, p. 42-43).

Às meninas vão sendo atribuídas características como a de maior sensibilidade em oposição à racionalidade, mais delicadeza, maior manualidade em oposição à criatividade e à reflexão.

Em que pese o crescente crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho¹ homens e mulheres continuam reproduzindo nos espaços público e privado representações sociais dos papéis atribuídos a cada um. A determinação de provedor da família ainda cabe ao homem, embora 22% dos chefes de família sejam do gênero feminino. Com a responsabilidade atribuída pela sociedade de responsáveis principais pela manutenção da família, mais cedo do que as mulheres interrompem a escola.

Embora com menor escolarização do que as mulheres recebem salários maiores. A sociedade justifica-se exigindo deles a responsabilidade pela sobrevivência da família.

Às mulheres cabe o compromisso com as tarefas domésticas, com o cuidado com os filhos. O seu salário é um complemento à renda familiar, não responde pelas necessidades maiores, por isso não requer ser igual ao do homem.

A categoria de gênero está hoje se constituindo numa perspectiva analítica, subjetiva e coletiva dos vários significados do que é ser homem e mulher. Contém a promessa de anunciar o olhar relacional entre o masculino e o feminino e vice-versa (BANDEIRA et al, 1995, p. 14). Pode a categoria, trazer para a sociedade, a possibilidade de se repensar o papel construído e naturalizado para o homem e para a mulher, numa nova significação que considere o compartilhamento, a pluralidade tanto no mundo público como no mundo privado.

TALKING OF GENDER FOR FORMING AND INFORMING AWARENESS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1993. 348p.

BANDEIRA, Lourdes M^a et al. **Sindicato e Relações de Gênero: Questões para Reflexão**. Rio de Janeiro. **Anais...** VII Congresso Brasileiro de Sociologia. 1995. (mimeo).

¹ Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), a participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) nacional correspondeu a 20,8% no ano de 1970; a 27,5% em 1980 e a 35,5% em 1990. Segundo a Fundação SEADE de São Paulo, na virada do século, a mulher ocupará 40% dos empregos no país.

BRUSCHINI, Cristina. O Uso de Abordagens Quantitativas em Pesquisas sobre Relações de Gênero. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 289-309.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ. v.2, n.3/94. p.17-32, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ. Nº especial, 2º semestre/94. p. 179-199, 1994.

CASTRO, Mary Garcia. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Caderno CRH**. Salvador: Fator. Jul/set 1992. p.80-101, 1992.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e Poder no espaço sindical. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ. Vol. 3, nº 1/95. p. 29-51, 1995.

DELGADO, Mª Berenice G. Globalização, Gênero e Ação Sindical. (mimeo). **Anais... XX Reunião da ANPOCS**. 20p. 1996. (mimeo).

ESMERALDO, Gema G. S. L. Mulher Trabalhadora: Ontem e Hoje. **Gaveta Aberta**. Recife: EQUIP. 1996. p. 43-46.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1993. 295p.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994. 334p.

HIRATA, H et al. A Classe Operária tem Dois Sexos. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ. n.3, v.2. p. 93-100, 1994.

MASSI, Marina. **Vida de Mulheres: Cotidiano e Imaginário**. Rio de Janeiro: IMAGO. 1992. 228p.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco. 1993. 187p.

PINTO, Céli R. J. Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher enquanto Sujeito Político. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 127-150.

PIRES, Inácio J. B. **A Mulher no Mercado de Trabalho: Perfil Sócio-Econômico**. Fortaleza: SINE/CE. 1995. 31p.

SCOTT, Joan Wallach). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre. v.16, n. 2, jul./dez. p.5-22, 1990.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência**. São Paulo: Brasiliense. 1991. 285p.

VIANNA et al. O uso analítico do gênero: balanço crítico de estudos contemporâneos. **Anais... XX Reunião da ANPOCS**. 1996. 28p. (mimeo).